

Sumário

Prefácio	1
Introdução	5
1 Ética, Metaética e Filosofia do Direito	15
1.1 Ética e metaética. Distinção e correntes	15
1.1.1 O não-cognitivismo	20
1.1.1.1 Conceito	20
1.1.1.2 O ceticismo antigo	21
1.1.1.3 Michel de Montaigne	23
1.1.1.4 David Hume	24
1.1.1.5 Emotivismo e expressivismo	26
1.1.1.6 O prescritivismo universal de R.M. Hare	27
1.1.1.7 A teoria do erro (<i>error theory</i>) de John Mackie	28
1.1.1.8 O quase-realismo de Simon Blackburn	29
1.1.1.9 O pluralismo agônico de Isaiah Berlin	31
1.1.1.10 O ceticismo de Richard Rorty	32
1.1.2 O realismo ou objetivismo moral. Suas críticas ao relativismo	33
1.1.2.1 O questionamento da dicotomia fato x valor	35
1.1.2.2 Crítica ao empirismo e à noção de objetividade no campo da ética	36
1.1.2.3 A vida ou visão ordinária e o senso comum	39
1.1.3 Respostas do não-cognitivismo	41
1.1.4 Defesa de um não-cognitivismo moderado	45
1.1.5 Relativismo e tolerância	51
1.2 Metaética e filosofia do direito	54
1.2.1 Direito, moral e justiça	54

1.2.2 Correntes da filosofia do direito e sua relação com a metaética	58
1.2.2.1 O jusnaturalismo	58
1.2.2.2 O positivismo jurídico	60
1.2.2.3 O realismo ou pragmatismo jurídico	62
2 Neoconstitucionalismo e Objetivismo Ético.....	65
2.1 Neoconstitucionalismo: conceito e características	65
2.1.1 O constitucionalismo.....	65
2.1.2 O neoconstitucionalismo: conceito	68
2.1.3 Principais características do neoconstitucionalismo.....	71
2.1.3.1 Supremacia jurídica da Constituição e controle de constitucionalidade.....	71
2.1.3.2 A questão do direito por princípios	78
2.1.3.3 Neoconstitucionalismo como teoria do direito: a conexão entre direito e moral.....	84
2.2 Identificando o componente objetivista.....	87
2.2.1 Considerações gerais	88
2.2.2 Pretensão à racionalidade nas questões éticas	92
2.2.2.1 Importância da filosofia moral para o neoconstitucionalismo	92
2.2.2.2 Dworkin e a “única resposta correta”	95
2.2.2.3 Alexy e a ponderação de princípios	98
2.2.2.4 Zagrebelsky, os princípios e a razão prática	100
2.2.2.5 Neoconstitucionalismo e jusnaturalismo	101
2.3 Crítica ao objetivismo ético do neoconstitucionalismo.....	104
2.3.1 A crítica brasileira à teoria dos princípios e ao neoconstitucionalismo.....	104
2.3.2 Nossa crítica baseada no não-cognitvismo moderado.....	108
2.3.2.1. Crítica geral. A subjetividade dos valores e princípios.....	109
2.3.2.2 A <i>esquisitice</i> da “única resposta correta”	111

2.3.2.3 A indeterminação dos direitos fundamentais.....	113
2.3.2.4 A ponderação e seus impasses.....	116
2.3.2.5 Casuística, ponderação ad hoc e particularismo moral	123
2.3.2.6 <i>Basic legal myth</i> e pressuposto objetivista da jurisdição constitucional	127
2.3.3 A questão da discricionariedade judicial.....	130
3 Legitimidade da Jurisdição Constitucional, Metaética e Democracia.....	135
3.1 O debate sobre a legitimidade da jurisdição constitucional.....	135
3.1.1 O debate norte-americano	140
3.1.2 O debate brasileiro	148
3.1.3 Última palavra e diálogo institucional.....	152
3.1.3.1 Waldron x Dworkin: última palavra e objetivismo moral.....	154
3.2 Limites da hermenêutica e da jurisdição constitucional a partir da perspectiva não-cognitivista.....	157
3.2.1 Limites da hermenêutica constitucional.....	158
3.2.2 Limites da jurisdição constitucional: entre a soberba hercúlea e a modéstia socrática	168
3.2.2.1 Autocontenção ou reserva epistêmica	171
3.2.3 A questão das cláusulas pétreas	177
3.3 Democracia, ceticismo e liberdade individual	181
Conclusões.....	187
Bibliografia.....	191